

# QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS NO CAJU: diálogos metodológicos da Fundação Gol de letra com a educação popular

Matheus de Paula Souza <sup>1</sup>  
Karina Avelar da Silva <sup>2</sup>

## RESUMO

O ingresso de jovens e adultos no mercado de trabalho, sobretudo, em vagas formais, é um dilema nos dias atuais. O grau de instrução e a qualificação profissional são apontados como os principais obstáculos para a absorção desse público nas oportunidades de emprego. A Fundação Gol de Letra, instituição do “terceiro setor” atuante no complexo de favelas do Caju, tem como uma de suas frentes de trabalho a qualificação e o desenvolvimento pessoal de jovens e adultos moradores por meio de cursos profissionalizantes gratuitos. Além de viabilizar a construção de habilidades e competências profissionais, requisito para o acesso às vagas, uma das práticas que se soma ao processo formativo visa criar um espaço de orientação profissional e sociocultural com base numa perspectiva sócio-histórica, crítica e interseccional, que contribua com um ingresso mais consciente aos espaços ocupacionais, e que respeite a constituição cultural dos participantes. Nesse sentido, este artigo tem o propósito de refletir sobre o processo em curso de (re) estruturação das atividades de orientação profissional e sociocultural, pensando sobre as influências possíveis da educação popular sobre a sua construção. Para isto, utilizou-se como metodologia dividir o estudo em dois passos: (1) ampliar a apreensão sobre trabalho, qualificação e competência profissional, e sobre os métodos e as abordagens da educação popular de orientação paulofreiriana e marxista; e (2) refletir sobre a (re) estruturação dos planejamentos das formações, identificando seus limites e possibilidades para oportunizar a construção de um saber orgânico e popular. O principal resultado obtido aponta que os elementos constitutivos das metodologias de educação popular, as quais estimulam a luta coletiva pela emancipação humana, são, de fato, parâmetros fundamentais para que as atividades formativas, além de dialogar com as demandas do mercado de trabalho, incentivem a autonomia, a coletivização e a politização de demandas, o reconhecimento do território, e a valorização da cultura local.

**Palavras-chave:** Qualificação profissional, Juventude, “Terceiro Setor”, Educação popular.

## INTRODUÇÃO

O ingresso de jovens e adultos no mercado de trabalho, sobretudo, em vagas formais, é um dilema nos dias atuais. O grau de instrução e a qualificação profissional são apontados como os principais obstáculos para a absorção desse público nas

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Políticas Sociais e Intersectorialidade pelo Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FioCruz). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), matheus.paula@goldeletra.org.br;

<sup>2</sup> Analista de Projetos Sociopedagógicos. Especializanda em Educação e Direitos Humanos pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro IFRJ. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense UFF, karina.avelar@goldeletra.org.br;

oportunidades de emprego. A Fundação Gol de Letra, instituição do “terceiro setor” atuante no complexo de favelas do Caju, tem como uma de suas frentes de trabalho a qualificação e o desenvolvimento pessoal de jovens e adultos moradores por meio de cursos profissionalizantes gratuitos<sup>3</sup>. Entendemos que a população residente em favelas e espaços populares possui no seu histórico de constituição e de desenvolvimento uma sequência de não-aceitos e restrições. É nestes territórios que as intervenções estatais têm sua face coercitiva mais presente, em detrimento da promoção de cidadania e direitos humanos.

Nesse sentido, o Programa Juventude e Oportunidade atua junto às juventudes do complexo de favelas do Caju por meio da oferta de atividades e serviços que contribuem para a construção de alternativas no que concerne ao ingresso no ensino superior e à empregabilidade. Esta segunda, que é nosso foco, se efetiva por meio dos cursos de qualificação profissional e pelo trabalho realizado pela equipe para desenvolvimento pessoal dos jovens e seu ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, considerando sua realidade, é um desafio e um compromisso ético-político do programa promover uma formação que atenda às requisições do mercado e, concomitantemente, imprima reflexões de orientação sócio-histórica, crítica e interseccional.

Assim, neste trabalho, problematizamos a reestruturação das atividades socioculturais e de orientação, avaliando as possibilidades ou não de diálogo dessa com a educação popular, compreendendo-a enquanto um paradigma educativo fundamental de conscientização, horizontalidade e transformação social. Concluímos que esse diálogo é possível como uma influência metodológica e sócio-política, que, em meios aos objetivos dos jovens e da instituição, cria condição de dar elementos para uma posição distinta e questionadora no mundo.

## **METODOLOGIA**

É o método materialista histórico-dialético a matriz teórico-filosófica que norteia essa reflexão (MARX, 2008). Estamos distanciados da ideia de que há uma neutralidade axiológica, mas temos compreensão de que imprimos uma posição ético-política quando da pesquisa. Como metodologia para a análise e discussão da reestruturação da proposta

---

<sup>3</sup> Voltado à jovens e adultos a partir dos 16 anos, o programa oferece cursos de qualificação profissional nas áreas de logística, tecnologia, administração, funilaria, elétrica e pintura de automóveis.

de atividades socioculturais de orientação profissional ofertadas pela Fundação Gol de Letra, propusemos, uma pesquisa qualitativa de tipo descritiva.

Primeiro, propusemos retomar o debate acerca da morfologia do trabalho na sociedade capitalista, compreendendo seus fundamentos ontológicos e suas particularidades no contexto do trabalho assalariado (MARX, 2017; LUKÁCS, 2018), as relações entre os modelos de produção de mercadorias e as requisições de perfil de trabalhadores (MANFREDI, 1998). Além disso, sugerimos articular esse debate às particularidades do trabalho para população de favela, seus respectivos desafios, e as condições de a educação popular dialogar com seu enfrentamento.

Em um segundo momento, propusemos refletir sobre a reestruturação dos planejamentos das formações, identificando seus limites e possibilidades para oportunizar a construção de um saber orgânico e popular. Para isso, nos utilizamos dos conteúdos programáticos dos módulos aplicados junto às juventudes que acessam os cursos de qualificação profissional.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho é um conjunto de atividades intelectuais e manuais que está na base da atividade econômica e do modo de ser dos indivíduos e da sociedade – e esta atividade que funda a nova modalidade de ser, o *ser social*. Por meio do *trabalho* o ser social amplia sua consciência e sua riqueza social, aprofundando seu conhecimento sobre a vida concreta, possibilitando realizar mudança efetivas a favor dos interesses da coletividade – sendo essa atividade ontologicamente transformadora, civilizatória e humanizadora. Todavia, na história, o *ser social* foi alienado das propriedades ontológicas humanizadoras do *trabalho*. E a maior expressão dessa *alienação* é o instituto do trabalho assalariado (MARX, 2010a; LUKÁCS, 2018).

O modo de produção capitalista tendencialmente amplia seus esforços em dispendar menos capital na compra e na manutenção da mercadoria força-de-trabalho. A crise econômica dos anos de 1970 pôs em cheque o modelo fordista/taylorista de produção de mercadorias, implicando em uma profunda reestruturação, conhecida como *reestruturação produtiva*, a qual avilta o investimento em novas tecnologias e, concomitantemente, diminui a necessidade e o investimento da *força-de-trabalho*

(trabalhadores)<sup>4</sup>. Nesse contexto, não mais é necessário um (a) trabalhador (a) que repita atividades rotineiras, mas, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, se aponta na direção de um (a) profissional polivalente e flexível (ANTUNES, 2009).

No Brasil, a reestruturação produtiva se instaura no mercado em meados dos anos 1990, quando da implementação do neoliberalismo no país<sup>5</sup>, aprofundando processos de *superexploração*<sup>6</sup> e *precarização*<sup>7</sup> da classe trabalhadora (MARINI, 2000; ANTUNES, 2009). A nova forma de gestão do trabalho implica necessidades formativas de outro tipo para a classe trabalhadora por parte dos capitalistas, que são transferidas, sobretudo, para o Estado e para a vida privada dos indivíduos sociais, a fim de que se tornem aptos à absorção pelo mercado<sup>8</sup>. Não mais é cobrado dos trabalhadores que tenham títulos, especializações, que legitimem o posto de trabalho ao qual ocupam, entendimento esse de “qualificação profissional”, próprio do modelo taylorista (MANFREDI, 1998). Outrossim, é necessária uma série de outras “habilidades”, que seriam *inerentes ao trabalhador*.

A ideia de inerência dessas habilidades pessoais dos trabalhadores, de uma *competência profissional*, requer que os indivíduos do trabalho tenham a “capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis” (ibid, p. 10), capacidade essa que se adquiriria tanto na vida ativa do trabalho quanto fora dela, na vida privada, permeando-a com as requisições culturais e “psicossociais” capitalistas.

---

<sup>4</sup> Instauram-se, portanto, novas formas de gerir e de executar o trabalho (toyotismo), quais sejam: produção orientada pela demanda, redução de estoques, desregulamentação e flexibilização do trabalho, aumento de trabalhos temporários, rotatividade exacerbada, enfraquecimento da organização sindical, etc., abrindo mão da produção e consumo em massa próprios do modelo fordista/taylorista.

<sup>5</sup> As consequências dessas modificações no mercado brasileiro foram um aumento extremo dos níveis de emprego informal, do distanciamento de um número cada vez maior de trabalhadores dos direitos sociais, e do desemprego estrutural, ampliando o montante de superpopulação relativa. É preciso levar em consideração que em um país de histórico escravocrata, de economia capitalista periférica, as formas de produzir socialmente a vida terão particularidades, as quais ampliarão o processo de exploração e expropriação dos (as) trabalhadores (as).

<sup>6</sup> Isto é, o montante de dinheiro que é pago pelo trabalho é menor que o necessário para viver e satisfazer suas necessidades mais básicas. Na transferência do valor dos países de capitalismo dependente aos países de capitalismo central, a necessidade de uma parcela de mais-valor extraída maior que sustente tanto burguesia nacional e internacional, implicando num dispêndio menor com capital variável, a força-de-trabalho.

<sup>7</sup> Entendendo a precarização como o processo permanente de desregulamentação dos dispositivos formais e legais de proteção do trabalho, destituindo-o de seus direitos ou dificultando seu acesso a eles.

<sup>8</sup> O Banco Mundial, em 2010, a título de exemplo, publica recomendações para a formação de trabalhadores no Brasil neste século: “Os dados do mercado de trabalho no Brasil estão assinalando que as habilidades “habilidades do Século 21” são importantes para a próxima geração de trabalhadores no Brasil, e a produção destes será um desafio crítico para o sistema educacional na próxima década: formando com a capacidade de pensar analiticamente, fazer perguntas críticas, aprender novas habilidades, e operar com alto nível de habilidades interpessoais e de comunicação, inclusive, com domínio de idiomas estrangeiros e a capacidade de trabalhar eficazmente em equipes” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 3)

Quando se compara a concepção tecnicista de qualificação com o modelo da competência, nota-se que ambas definem a qualificação a partir da ótica de um modelo de organização capitalista do trabalho. Quanto às diferenças, parece haver algumas distinções de ordem qualitativa, sendo a primeira mais restrita, limitada do ponto de vista técnico-científico, enquanto a segunda coloca a qualificação em patamares mais abrangentes, até mesmo multidimensionais, incorporando à perspectiva meramente técnico-operacional (própria da racionalidade técnica) dimensões de ordem subjetiva de ordem psicossocial e cultural (MANFREDI, 1998, p. 11).

Desse modo, entendemos que, para além de qualificações técnico-científicas, são necessárias competências profissionais “multidimensionais” adquiridas na vida pública e privada dos indivíduos e que abrange o campo da cultura, das emoções, e das relações cotidianas. E, considerando esses elementos, a pergunta que fazemos é: quais condições são ofertadas para que a população de favela, com ênfase nas juventudes, tome para si a responsabilidade de construir essas competências “multidimensionais”?

As formas pelas quais moradores de favela vivenciam o trabalho são evidência do que Marx (2017) chamou de *superpopulação relativa* – ou Exército Industrial de Reserva –, composta por trabalhadoras e trabalhadores que flutuam no mercado, ou até mesmo não são absorvidos por ele, ficando à mercê do *pauperismo*. Assim, são populações inteiras às margens do sistema do capital, na peleja diária pela sua própria sobrevivência. Classe social, raça, gênero, orientação sexual, dedicação ao trabalho doméstico e de cuidado, dentre outros “marcadores” determinam as condições de indivíduos e famílias enfrentarem as desigualdades sociais.

E, para pensar as condições concretas dessa população em construir competências profissionais, é importantíssimo considerar que o padrão de “competência” tem como referência padrões de vida e de comportamento da classe dominante. A cultura, as emoções, os afetos e as relações cotidianas que formam essa “multidimensionalidade” se vinculam a padrões das elites que incutem um imaginário de trabalhador médio que é avesso à vida, à cultura e aos saberes populares.

A população mais empobrecida socialmente, que habita territórios de favela, é o contingente do chamado “capital humano” (BANCO MUNDIAL, 2010) que se insere no mercado de forma flutuante, intermitente, temporária, informal, tal qual as características mesmas do trabalho no contexto da reestruturação produtiva. E a necessidade de absorção pelo mercado é tão premente, que ao mesmo tempo que isto é a principal motivação para

o ingresso nos cursos de qualificação profissional, também é a maior razão das evasões desses mesmos cursos. O que determinaria esse fenômeno?

As políticas públicas na favela sofrem um sucateamento real e gradativo. E se tratarmos de iniciativas para trabalho, renda e formação, sobretudo, pensando na sua importância para os seguimentos mais jovens da população, nos deparamos com medidas muito residuais ou inexistentes para fomento público, do Estado, à formação profissionalizante e/ou técnica. No contexto da vida privada, o fomento e suporte familiar para a formação é impactado pela necessidade de resposta às urgências da subsistência cotidiana<sup>9</sup>. Logo, o trabalho, qualquer que seja a sua modalidade, é uma atividade posta para as juventudes ainda na sua adolescência e, no ingresso da maioridade, o “ajudar em casa” é uma necessidade incontornável<sup>10</sup>. É importante também considerar que o trabalho cumpre um papel “simbólico” de “dignidade” e é visto pelas famílias como alternativa para as juventudes em detrimento da violência e do comércio varejista de drogas.

Considerando este contexto, quais são as alternativas para que aqueles (as) que vivem da venda da sua força-de-trabalho tenham minimamente dimensão das amarras que definem as iniquidades sociais que vivenciam? Tendemos a pensar que a resposta está na organização coletiva das lutas de trabalhadores e trabalhadoras. Sabemos o quão efetivo é o movimento popular pelo acesso a direitos e satisfação das necessidades da classe, afinal, todo conjunto de direitos sociais que hoje fazemos uso tem nos gritos das ruas e do campo a sua razão de existência. Porém, o caminho até ter consciência das iniquidades e tomar posição frente a elas é longo e repleto de contradições e inflexões. E a *educação*

---

<sup>9</sup> Tempo dedicado a “estudos”, ainda mais aquele que excede o ciclo básico de educação, que tem seus próprios desafios para ser concluído, é sinônimo de prolongamento de restrições nas famílias

<sup>10</sup> Para ilustrar em dados esta necessidade, no 1º semestre de 2024, as famílias dos (as) adolescentes e jovens atendidos pela Fundação Gol de Letra por meio do Programa Juventude e Oportunidade, em sua maioria famílias compostas por mães-solo e seus filhos (as), tinham como renda média mensal cerca de R\$554 por pessoa. Mais de 70% do público atendido no semestre vivia com menos de meio salário-mínimo por pessoa para garantir a satisfação de toda e qualquer necessidade que venha a surgir. Soma-se a esse dado o fato de que mais da metade das chefias de família, majoritariamente negras e femininas, estavam na informalidade, trabalho precarizado no sentido da sua regulação, ou desempregadas. Esse dado acerca da formação familiar majoritária do público jovem atendido pelo programa [família monoparental-materna], bem como das suas condições socioeconômicas, se associa a um outro fenômeno observado no acompanhamento do perfil das turmas de qualificação profissional. Quando nos debruçamos sobre o perfil etário e de gênero do público atendimento no primeiro semestre deste ano, observa-se que na medida em que a idade do (a) cursista aumenta, ele se torna cada vez menos masculino. Ou, em outros termos, a tendência geral é de que na medida em a idade masculina aumenta, diminui-se a sua procura e/ou permanência nas atividades profissionalizantes ofertadas no território. Dissemos logo acima que a absorção das juventudes pelo mercado de trabalho é o que motiva a sua entrada nos cursos – e também o que os tira deles; e que o apoio financeiro à renda familiar é uma necessidade incontornável. E a família que estamos fazendo referência é aquela que se constitui de mulheres, sobretudo, negras que são as únicas provedoras da família, e que, no contexto das múltiplas contingências vivenciadas, veem o trabalho como medida imediata de melhores condições de vida.

*popular* pode ser vista como um instrumento potente para que esse caminho seja percorrido com criticidade, vinculado à realidade concreta e às necessidades cotidianas dos (as) trabalhadores (as).

O termo *educação popular* é polissêmico e obteve múltiplas deturpações na história. Em face disso, entendemos que educação popular, no seu sentido original, constitui-se enquanto um paradigma educativo que foi sistematizado por Paulo Freire, ...

[...] que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social (MACHADO, 2012, p. 152).

A educação popular freireana é construtivamente democrática, que não distancia o ensino dos conteúdos do cotidiano dos educandos, na perspectiva de estimular a organização das classes populares “na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais” (FREIRE, 2007, p. 103), de transformação da realidade posta. E isto, segundo Freire só é possível quando o processo educativo “respeita os educandos, [...] qual seja sua posição e classe, e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos” (ibid., p. 104-105), na perspectiva de orientar os indivíduos sociais para um horizonte civilizatório e de permanente humanização.

Esta é uma chave teórica importante: a educação popular, essencialmente, por se constituir como práxis, e por possuir uma direção sociopolítica definida, pode ser compreendida como um paradigma educativo que possibilita um diálogo com uma perspectiva ontológica de desenvolvimento humano. A educação popular tem na emancipação humana – tal qual Marx, Engels e Lukács apresentam como horizonte do processo de humanização – uma possibilidade de se construir enquanto diretriz<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> E esta forma de manejar o ensino e a cultura das camadas populares parte de um pressuposto de que transformações significativas na maneira de educar só serão possíveis mediante transformações mais profundas e amplas das relações sociais capitalistas, em face de que os processos educativos e as relações sociais em geral possuem uma ligação indissociável (MÉSZÁROS, 2008). Nesse sentido, as metodologias de educação popular, conforme propõe Paulo Freire, terão características e princípios que, numa relação inerente, tem como objetivo a orientação para a transformação social mais ampla, no sentido de superar o capitalismo. Porém, aqui já se efetiva uma diferença primordial na concepção freireana e marxiana/marxista de transformação. Se para o primeiro [Paulo Freire] a transformação passa primeiro pela consciência crítica, que levaria, por consequência, à mobilização e à eventual revolução, o segundo [Marx] defende que a consciência crítica de massas só será possível mediante uma revolução social. Há um limite posto entre a luta por satisfação das necessidades humanas, a qual, na sociedade capitalista, é mediada pelos direitos sociais, que concebemos enquanto emancipação política (MARX, 2010b), daquilo que se entende enquanto

Nesse sentido, para ir de encontro a polissemias em relação ao conceito, a educação popular, conforme acentua Machado (2012), terá como princípios indissociáveis: a (1) *práxis*, entendendo-a como atividade que integra objetividade-subjetividade e se vincula à ação prática transformadora; a (2) *conscientização*, concebida como processo que amplia a visão de mundo dos indivíduos, desvelando a realidade, as suas contradições e determinações sociais, desmitologizando os fenômenos da vida cotidiana; o (3) *diálogo*, o qual transversaliza a horizontalidade nas práticas educativas, inclusive da sua construção; a (4) *conhecimento popular*, princípio esse que considera o saber, a oralidade, e aquilo que vem do cotidiano de vida como ponto de partida e chegada sob novas determinações e mediações, objetivando a sua transformação; a (5) **hegemonia**; (6) *participação*, a qual promove a composição de espaços políticos internos e externos, na direção de um exercício da cidadania e da democracia.

Estes princípios da *educação popular*, sobretudo, sua perspectiva transformadora, encontram refúgio em instituições e iniciativas que fazem contato direto com camadas populares, suas demandas e necessidades. Porém, resta saber como a Fundação Gol de Letra, e mais exatamente, o programa que presta atendimento às juventudes do Caju, dialogaria ou não com esses pressupostos da educação popular, em face da realidade vivida pelos moradores de favela, mais enfaticamente, na sua relação com o mundo do trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É proposta do Programa Juventude e Oportunidade, na linha de trabalho junto à qualificação profissional, que as juventudes, além de obterem uma formação “técnica”<sup>12</sup>, isto é, que corresponda às habilidades específicas para o exercício de determinada especialização do trabalho, também tenham desenvolvidas as “competências profissionais”, que abrangem aspectos culturais, emocionais, comportamentais, etc – tal qual discorremos no ponto anterior, e que é requisição mesma das empresas<sup>13</sup>.

---

emancipação humana, possível apenas após mudanças radicais das relações sociais capitalistas, na perspectiva de um comunismo (MARX, 2008; LUKÁCS, 2018; MACHADO, 2012). Apesar dessas diferenças, é preciso considerar que a educação popular cumpriu e tem condição de cumprir um papel importante para a criação de alternativas outras às classes subalternas por meio de uma visão de mundo progressista e uma orientação para ação bem definida.

<sup>12</sup> Que é ministrada pelo SENAI/Firjan, empresa contratada pela Fundação Gol de Letra, haja vista a demanda das juventudes por certificações que fossem reconhecidas no mercado de trabalho.

<sup>13</sup> Atualmente essa carga horária compreende 20 horas por curso, duas horas por oficina.

Assim sendo, foi realizada uma reestruturação do programa formativo ofertado que, no seu curso, pudesse oportunizar, de forma articulada, o debate acerca das capacidades ontológicas do trabalho, sobre as particularidades do trabalho na sociedade capitalista, sobre as particularidades de gênero, raça, sexualidade e território, e a relação desses elementos com as requisições do mercado para a construção de “competências profissionais”.

A proposta formativa se constitui de oficinas divididas em cinco (5) módulos, quais sejam: (a) categoria trabalho e trabalho assalariado; (b) modalidades de vínculo empregatício; (c) diversidade no mundo do trabalho; (d) processos de vida; e (e) vivências e ingresso no mundo trabalho. Discorreremos brevemente sobre seu conteúdo e seguiremos com a avaliação dos possíveis diálogos com a *educação popular*.

No módulo *categoria trabalho e trabalho assalariado*, os jovens participam de debates e de dinâmicas que oportunizassem o conhecimento sobre o trabalho enquanto categoria ontológica; as transformações que o trabalho sofreu na história; os processos de produção e de circulação de mercadorias; o desenvolvimento do trabalho assalariado e a luta de classes; regulação do trabalho no Brasil e a consolidação das leis trabalhistas<sup>14</sup>.

Articulado ao isso, no módulo *modalidades de vínculo empregatício*, os jovens discutem junto dos facilitadores com mais detalhes os modos pelos quais o trabalho é regulamentado no Brasil, bem como suas formas de precarização e ampliação da superexploração, que são: o trabalho formal, informal, autônomo, processo de pejetização do trabalho, e o empreendedorismo<sup>15</sup>.

No módulo *diversidade no mundo do trabalho*, é proporcionado aos (às) participantes discussões acerca da particularidade dos seguimentos mais oprimidos e explorados socialmente nas relações sociais do trabalho, quais sejam: (a) negritude e racialidade, condições de vida e de trabalho da população negra, e racismo nas relações de trabalho; (b) mulheres, trabalho reprodutivo não-remunerado, violências contra mulheres no mundo do trabalho, a particularidade da mulher negra, etc.; (c) pessoas LGBTI+ e trabalho, a violência contra LGBTI+ no Brasil, a particularidade das vivências

---

<sup>14</sup> É destaque desse módulo as metodologias participativas empregadas pela equipe, com rodas de conversa, atividades lúdicas e dinâmicas interativas como, por exemplo, a “Fábrica de Sapatos”, na qual é simulada uma produção industrial de sapatos na sala, com acordos de salário, tempo de trabalho, benefícios, entre empregador (facilitador) e empregados (participantes), que ao fim, se demonstra que o montante da produção que é empregada no pagamento dos salários e benefícios é mínimo perante ao montante de maior valor extraído do seu trabalho – que costuma gerar bastante indignação.

<sup>15</sup> tanto enquanto alternativa ao desemprego, quanto como estratégia ideológica e concreta de “atenuação” das iniquidades sociais e de desvinculação do trabalho de seus dispositivos de proteção trabalhista e previdenciária

de pessoas trans e travestis; (d) pessoas com deficiência e trabalho, capacitismo, entre outros.

Já no módulo *processos de vida*, a equipe realiza atividades que visem construir perspectivas de vida, considerando, sobretudo, sua realidade cotidiana, o território, os saberes compartilhados entre os (as) jovens e a comunidade, bem como as expectativas para o futuro que possuem ou não frente à vivência em favela. Nesse sentido, os (as) jovens tem oficinas: (a) de construção de linha do tempo (histórico de vida) individual e familiar, com ênfase em como o trabalho; (b) de percepção dos jovens acerca da sua inserção no território e diálogo com a cidade<sup>16</sup>; (c) de apreensão sobre a formação do mundo do trabalho hoje, seus respectivos setores e áreas de atuação, os níveis de instrução as estratégias para formação das profissões, e oficina de documentação básica digital.

Por fim, no módulo *vivências e ingresso no mundo trabalho*, é oportunizado aos jovens a discussão acerca da construção de currículos nos dias de hoje, as plataformas de emprego virtuais e networking, postos de oferta de vagas, estratégias para entrevistas, decoro institucional, entre outros.

E a pergunta que fizemos é de que forma a *educação popular* dialogaria metodologicamente com estas atividades socioculturais e de orientação profissional. Em resposta, avaliamos que na sua construção e execução há uma *influência metodológica e sócio-política*. É objetivo das atividades socioculturais e de orientação profissional desmitologizar as desigualdades, munindo os indivíduos participantes de elementos para o questionamento da realidade e suas iniquidades, a fim de tomem escolha e posição de forma autônoma e mais consciente. Portanto, considerar o saber advindo da sua vivência cotidiana, aprender com ele, problematizá-lo coletivamente, e direcioná-lo à ação – escolhas conscientes – é uma premissa da proposta, portanto, uma influência metodológica. Além disso, essa ação é orientada a partir de uma perspectiva crítica ao sistema capitalista e as suas contradições, direção sócio-política semelhante à da educação popular, portanto, também uma influência sócio-política.

Porém, também é nossa avaliação que o programa formativo proposto pela Fundação Gol de Letra não efetiva aquilo original e conceitualmente se compreende enquanto *educação popular*: articulando de forma fundante a estrutura e os seus

---

<sup>16</sup> Nessa atividade, é destaque a construção do “Mapa do Trabalho do Caju” no qual se monta o mapa conjuntamente com participantes identificando as contradições que atravessam o Caju, parte da Zona Portuária, utilizado por grandes empresas, porém sem retorno efetivo de políticas e serviços à população, que sofre com o uso empresarial do espaço

objetivos, como a conscientização para a ação política, a conquista do Estado, e transformação societária. Considerando este fato, e também na direção de não deturpar conceitos originais, é que entendemos que, apesar da criticidade presente na proposta, ela não ultrapassa o nível se ser influenciada por estratégias de *educação popular*, e por razões muito objetivas, quais sejam: (a) os objetivos e escopo de trabalho institucionais de uma organização não-governamental como a Fundação Gol de Letra, financiada pelo Estado e por insituições privadas; (b) os objetivos que os jovens têm ao acessar os cursos de qualificação, que se sintetizam na intenção de uma rápida profissionalização para ingresso urgente e imediato no mercado de trabalho.

Porém, é certo que dentro das possibilidades, as atividades socioculturuais e de orientação profissional têm condição de influir sobre visões de mundo hegemônicas, sobre o senso comum, e sobre entendimentos conservadores consolidados nas relações cotidianas de trabalho e de vida, dando direção para afirmações novas dos jovens no mundo, não antes postas em sua realidade. A educação popular, portanto, é uma diretriz importante para que as atividades formativas, além de dialogar com as demandas do mercado de trabalho, incentivem a autonomia, a coletivização e a politização de demandas, o reconhecimento do território, e a valorização da cultura local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que a morfologia do trabalho na atualidade requieru dos trabalhadores uma nova forma de se colocarem no mercado, incorporando tanto qualificações, quanto competências profissionais. As juventudes, na particularidade da favela, tem suas condições adquiri-las aviltadas pelas desigualdades sociais. A Fundação Gol de Letra, nesse contexto, oferta serviços que buscam estimular este acesso por meio dos cursos de qualificação profissional e pelas atividades de desenvolvimento pessoal, as quais possuem uma influência metodológica e sócio-política da educação popular. Elas têm como objetivo principal influir sobre a consciência dos jovens para que seu ingresso no mercado se dê com acúmulos que possibilitem uma posição minimamente questionadora e a favor da defesa e da ampliação dos seus direitos.

Considerando isto, identificamos que são desafios para o aprofundamento dessa influência da educação popular: (a) a ampliação dos espaços e metodologias democráticas que potencializem a autonomia e a organização coletiva, e atuem contra qualquer verticalização do saber; (b) o aprofundamento teórico acerca dos fundamentos

da vida social, com ênfase no trabalho em sua particularidade brasileira, e em suas especificidades de favelas e espaços populares; (c) proposição de atividades sócio-pedagógicas abrangentes, participativas, dialógicas e com direção sócio-política crítica e interseccional.

Por fim, entedemos que para atingir esses desafios, é necessário ter como eixo o entendimento de que o trabalho junto às juventudes de favela não deve se fundar no alívio à pobreza, tampouco de ajuste delas ao mercado, desconsiderando suas necessidades concretas, mas, deve ter como horizonte, questionar a atual lógica desigual e dominante do mercado e dar condições dos jovens criarem alternativas para ela.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ª ed. 10ª reimpressão revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2009

BANCO MUNDIAL. Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos. Sumário executivo. Washington, DC: BM, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social. Volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: n. 109, p. 151-178. Jan/mar. 2012.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional: dimensões conceituais e políticas. Revista Educação e Sociedade. V.19. n. 64 Campinas: set/1998.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Manuscritos Econômico-filosóficos. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, K. Sobre a Questão Judaica. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.